

**ATIVACÃO E NOVAS FORMAS DE USO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS DE LAZER
– PLACEMAKING NOVO REPARTIMENTO.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como parte dos requisitos para obtenção do grau de Especialista em Gestão Pública com ênfase em governo Local. Área de Concentração em Planejamento Territorial.

Aluno: Rangel da Silva Sousa.

Orientador: Prof. Msc. *Gustavo Guimarães de Campos Rabello*

Tutora: Prof^a. Msc. *Rosane Biasotto*.

Novo Repartimento - PA

Out/2018

ATIVAÇÃO E NOVAS FORMAS DE USO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS DE LAZER – PLACEMAKING NOVO REPARTIMENTO.

Autor: RANGEL DA SILVA SOUSA

Instituição: Prefeitura Municipal de Novo
Repartimento – PMNR. Secretaria de Gestão e
Planejamento – SEGPLAN /Departamento de
Gestão e Desenvolvimento Urbano – GEDURB.

Resumo

O aproveitamento e uso adequando dos espaços públicos, sob o ponto de vista da função social promotora de um “*bem-estar*” coletivo através de ferramentas de planejamento e metodologias de intervenção (*Placemaking*). Essa temática, vêm nas últimas décadas dominando o cenário das novas agendas de debates no meio acadêmico científico. Tratando-se tão somente do exercício de ouvir a voz da comunidade e descobrir suas reais necessidades e anseios. A resultante, dessa ação é a democratização não só do uso final em si, mas da participação popular nas principais etapas das tomadas de decisões. Desde a escolha do local a se intervir, passando pelo planejamento até a culminância final do uso desses “espaços” e “serviços”, transformando-os em “lugares”. Com o presente trabalho pretende-se apresentar as autoridades municipais competentes o roteiro para um Plano de Intervenção (PI) na praça do bairro “VALE DO SOL”. Este sendo num primeiro momento, um projeto piloto para implementação nas demais praças da Sede e nos Distritos do município de Novo Repartimento. Para tal, obedecendo a um enfoque das diversidades e peculiaridades das comunidades do entorno a serem trabalhadas, sejam elas Urbanas, Rurais e/ou Periurbanas. Apresenta como metodologia de coleta de dados a pesquisa bibliográfica e de campo, de natureza quantitativa e qualitativa, e como referencial teórico entre outros: Heemann e Santiago (2015);

Palavras Chave: Função Social; Ativação de Espaços Públicos; Gestão Democrática; *Placemaking*.

Abstract

The use and appropriate use of public spaces, from the point of view of the social function promoting a collective "well-being" through planning tools and intervention methodologies (Placemaking). This theme has come in the last decades dominating the scenario of the new agendas of debates in the scientific academic environment. It is only the exercise of listening to the voice of the community and discovering their real needs and desires. The result of this action is the democratization not only of end use itself, but of popular participation in the main stages of decision making. From the choice of place to intervene, through planning to the final culmination of the use of these "spaces" and "services", turning them into "places". This paper intends to present to the competent municipal authorities the roadmap for an Intervention Plan (IP) in the square of the neighborhood "VALE DO SOL". This being in the first moment, a pilot project for implementation in the other squares of Headquarters and in the Districts of the municipality of Novo Repartimento. For this, obeying a focus of the diversities and peculiarities of the surrounding communities to be worked, be they Urban, Rural and / or Periurban. It presents as methodology of data collection the bibliographical and field research, of quantitative and qualitative nature, and as theoretical reference among others: Heemann and Santiago (2015);

Keywords: Social Function; Activation of Public Spaces; Democratic management; Placemaking.

SUMÁRIO

1.1.	Definição do Problema.....	5
1.2.	Contexto/justificativa do problema.....	5
1.3.	Metodologia de coleta de dados	7
1.4.	Localização do Plano de Intervenção	8
1.5.	Público-Alvo.....	8
1.6.	Duração	9
1.7.	Valor Previsto.....	9
1.8.	Instituição / unidade funcional gestora e idealizadora	10
2.	Objetivos.....	11
3.	Marco Técnico Teórico	11
4.	Escopo	22
4.1.	Estrutura Analítica.....	22
4.2.	Não Escopo.....	22
4.3.	Levantamento de Restrições.....	22
4.4.	Premissas.....	23
4.5.	Riscos.....	23
4.6.	Estrutura de Gestão	23
4.6.1.	Concepção	23
4.6.2	Operacionalização	24
4.6.3	Matriz de <i>Stakeholders</i> dos Atores Participantes:	25
4.7.	Quadro de Trabalho / Equipe.....	26
5.	Cronograma.....	29
6.	Considerações Finais.....	30
7.	Referências bibliográficas	31

DIAGNÓSTICO

1.1. Definição do Problema

Muitas praças públicas – se não todas – de Novo Repartimento, apresentam alguma divergência em seu uso enquanto a função social. Umas por falta de transeuntes, outras por excesso de atividades informais que ocupam não só as vias públicas, mas também os passeios dessas praças. Seja por abandono ou falta de manutenção a contento por parte do poder público diante dos esforços de contenção de despesas para regulação orçamentária; seja por falta de criatividade e/ou ousadia para inovar em ações já executadas e exitosas em outros municípios similares. Ou por excesso de vaidade em não apoiar atividades isoladas de organizações do terceiro setor. Tudo acima, forma a amalgama comportamental em gerir a coisa pública sem “ouvir” a comunidade, parte diretamente interessada. Esta por sua vez, se vê indiferente diante desses espaços públicos passados o *frisson* dos primeiros meses de inauguração. E a consequência de não se “enxergar” no empreendimento como partícipe da ação, é a velocidade com que o bem público é depredado e abandonado, iniciando novamente este ciclo de gastos do erário público.

1.2. Contexto/justificativa do problema

Novo Repartimento é um município brasileiro do estado do Pará, e localizado na mesorregião sudeste paraense *IBGE/2008*, e pertencente à microrregião de Tucuruí *IBGE/2008* (Marabá, Jacundá, Tucuruí, Pacajá, Itupiranga, Breu Branco e Goianésia do Pará). Com uma distância de 560 km da Capital – Belém do Pará – e uma população estimada em 73.082 hab. *IBGE/2017*. Sendo o sexto maior município do estado com uma área de 15.398,627 Km² *IBGE/2002*.

Em sendo uma cidade formada por uma população oriunda da migração recorrente dos grandes projetos do Regime Militar – construção da Usina Hidroelétrica de Tucuruí – e estando localizado na bifurcação da BR – 230 (Rodovia TRANZAMAÔNICA) que liga à Marabá, e da BR – 422 que liga à cidade de Tucuruí.

A sede do município de conta atualmente com quinze bairros consolidados (contando com o mais recente empreendimento de casas populares da CAIXA

ECONÔMICA FEDERAL – CEF, “Minha Casa, Minha Vida – MCMV”, bairro Sol Nascente) e quatro ocupações irregulares em áreas públicas e particulares.

A cidade oferta aos munícipes apenas cinco praças públicas das quais todas com ritmos, tamanhos e peculiaridades distintas. Como exemplo a praça MANOELITO, com alta taxa de movimentação e superaglomerada de *trailer* de lanches e atividades de diversão – “pula-pula” – do mercado informal. Esta por estar localizada no bairro comercial no centro da cidade (Bairro Uirapuru). Até as praças com baixo fluxo de movimentação.

A proposta deste Plano de Intervenção consiste em propor a “ativação” da Praça do Bairro Vale do Sol 1, 2, 3 – um aglomerado de bairros da periferia – que possui essa característica de baixíssimo fluxo, que se espalha no sentido à zona rural se distanciando do eixo da Rodovia Transamazônica (BR – 230). Trata-se de uma praça sem nome (até o momento) que fora construída no ano de 2008, período em que o gestor municipal da época teve seu mandato cassado por crime eleitoral, assumindo a 2ª chapa mais votada.

Passados 10 anos, como é de costume da maioria dos gestores municipais em não dar continuidade nas obras iniciadas por seus antecessores. A área ficou abandonada e conhecida como a Praça do Vale do Sol.



Figura 1: Bairro Vale do Sol
Fonte: PMNR – SEGPLAN – GEDURB.

A cidade se caracteriza por uma rica mistura cultural oriunda das mais diversas regiões do Brasil. Isto posto, temos um ambiente propício para intervir nos espaços públicos aqui proposto de modo a ativá-los em conformidade ao que se propõe e espera-se de sua função social. De acordo com a Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura – UNESCO (2002), com o objetivo de reafirmar sua preocupação com a preservação e o respeito à diversidade cultural no documento que versa sobre a “DECLARAÇÃO UNIVERSAL SOBRE A DIVERSIDADE CULTURAL” em seu Art. 3º no qual embasa esta afirmação:

Artigo 3º – A diversidade cultural, fator de desenvolvimento A diversidade cultural amplia as possibilidades de escolha à disposição de todos; é uma das origens do desenvolvimento, entendido não apenas em termos de crescimento econômico, mas também como meio de acesso a uma existência intelectual, afetiva, moral e espiritual satisfatória.

1.3. Metodologia de coleta de dados

A confusa relação de uso e de entendimentos que a população tem entre o que é “Público e Privado” com vistas às praças públicas, tem sido discutida amplamente, sobre tudo nas últimas décadas com o crescimento exponencial das urbes, sua função social de ocupação da mesma, e após criação do Ministério das Cidades.

O plano de Intervenção tem por base uma metodologia qualitativa, realizada junto à população do entorno, os usuários do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS – do bairro e no Posto de Saúde Familiar – PSF. Através de “*brainstorms*” com os servidores dos estabelecimentos públicos acima citados e as lideranças locais, com oficinas e reuniões no bairro.

Essas informações terão o papel de mensurar – do ponto de vista dos moradores – e dos servidores públicos que os “tratam”, as expectativas dos mesmos em relação a intervenção, demonstrando-lhes, por tanto, a oportunidade de serem os protagonistas dessas ações.

1.4. Localização do Plano de Intervenção

A proposta de implementação PI com a ativação do espaço público é a Praça do bairro Vale do Sol que se localiza entre a Avenida Uruguai e a Rua Suriname, com a Rua Cuba e Rua Bahamas.



Figura 2: Praça Vale do Sol
Fonte: PMNR –SEGPLA – GEDURB.

1.5. Público-Alvo

O público alvo do PI compreende aos moradores do bairro Vale do Sol (1, 2, 3) que a levar em consideração, dados levantados à época da Revisão do Plano Diretor (2016), fazendo o cruzamento de dados com o número atual de Agentes Comunitários de Saúde – ACS – num total de quinze (15) destinados a cobrirem aquela área, e reconhecendo – por parte da Coordenadora Geral de Campo dos ASC – o déficit de atendimento e com a demanda crescente de atendimento, totalizaram o levantamento naquele ano dois mil duzentos e treze (2.213) imóveis e seis mil novecentos e sessenta (6.960) habitantes cadastrados no banco de dados da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento – SEMASS e informado à Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento – SEGPLAN – através da Coordenação de Planejamento – COPLAN órgão responsável pela revisão do Plano Diretor Municipal.

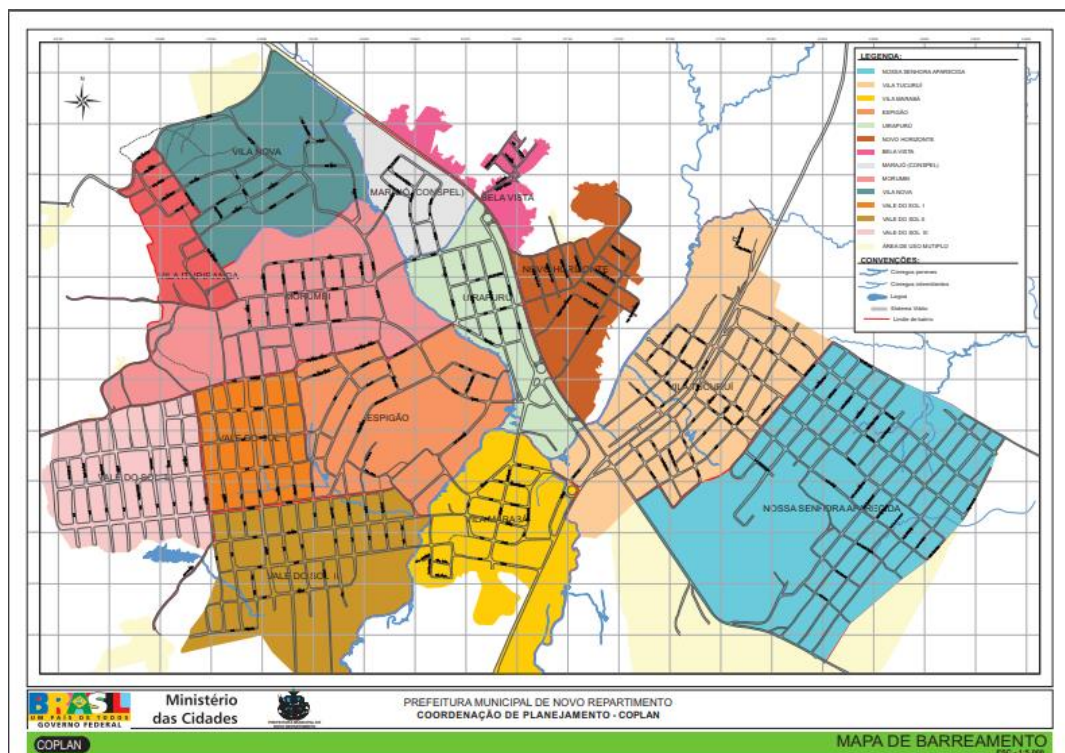


Figura 3: Mapa Barreamento (2016).
Fonte: PMNR – SEGPLA – GEDURB.

1.6. Duração

A duração do Plano de Intervenção – por ter a pretensão de ser um projeto piloto, por tanto experimental – será de seis meses conforme o cronograma apresentado abaixo. Após o aceite do gestor municipal e os trâmites de chancela documental – Decretos, Nomeações e/ou Convites – a etapa mais laboriosa será a do trato com a comunidade local. Por este fator ser determinante para êxito do projeto, não podemos descartar a possibilidade de uma dilatação no prazo de entrega e finalização do mesmo.

1.7. Valor Previsto

Levando-se em consideração que a maioria dos atores envolvidos nesse projeto já fazem parte do quadro efetivo de servidores públicos, poderíamos descartar o gasto com pessoal. Além do que temos a pretensão de firmar um Convênio com a Universidade local com os alunos do Curso de Educação Física para atuarem nas atividades de estágio supervisionado NÃO remunerado pelo período do projeto estimado em seis meses, no primeiro momento, destacamos tabela a seguir:

Mensurar o valor exato do PI também poderia nos induzir a combinação incongruente de erros. Entre tanto, podemos em tempo, junto ao setor de contabilidade – a través da LOA – solicitar um aporte em rubrica exclusiva para cada secretaria municipal envolvida no PI. Sobre tudo no que se refere em aquisição de mobiliário (cadeiras de praia, ombrelones, etc), visto que os materiais esportivos (Bolas, redes, etc), insumos agrícolas (Ferramentas, adubos, mudas, etc), materiais de pequenos reparos (Tintas, Lâmpadas, etc), já fazem parte dos itens adquiridos pela secretarias do município.

1.8. Instituição / unidade funcional gestora e idealizadora

A Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento – SEGPLAN, criada no dia 02 de fevereiro de 2009 através da reforma administrativa Lei nº: 633/2009 cumprirá seu papel de órgão Executor Setorial e delegará ao recém-criado Departamento de Gestão e Desenvolvimento Urbano – GEDURB (Lei nº: 1.515/2018), a função como órgão de Execução Intermediário. O GEDURB trouxe à baila um olhar das novas perspectivas da gestão moderna, participativa e inclusiva. Trazendo em seu inciso terceiro a preocupação com o alinhamento das políticas públicas das demais esferas governamentais.

Segundo a Lei nº 1.515/2018 que dispões sobre a criação do Departamento de Gestão e Desenvolvimento Urbano no âmbito da Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento e dá outras Providências, em seu Art. 2º. Inciso III, de aplicação da Lei Federal nº: 10.257/2001 do Estatuto das Cidades:

“III – emitir orientações e recomendações referentes à aplicação da Lei Federal nº 10.257/2001 (Estatuto da Cidade) e demais leis e atos normativos relacionados ao desenvolvimento urbano municipal;”

Ressalta-se também, a preocupação com o aspecto do “ouvir a fala das ruas” em seu inciso VII:

“VII – monitorar e fortalecer o processo de implementação do orçamento municipal em consonância com as deliberações dos processos participativos relativos às políticas setoriais de desenvolvimento urbano;”

2. Objetivos

Ativar os espaços públicos através de atividades pré-programadas levando em conta a opinião dos moradores gerando um roteiro de ações de modo a propiciar “novas formas de uso” dos espaços públicos de lazer, num primeiro momento a título da projeto piloto, a ser executado na praça do bairro Vale do Sol, roteirizando através dessas ações intersetoriais entre as secretarias do município, entidades parceiras do setor público e privado com atividades sociais/culturais de modo a dinamizar esses locais dando-lhes a real condição de “Lugar” em sua função social. Especificamente pretendemos com esse tipo de intervenção, trazer dinamismo, lazer, qualidade de vida/bem-estar e geração de renda aos munícipes usuários em potencial desses espaços públicos. Reconquistar por assim dizer, a credibilidade do serviço público através de modernas ferramentas de interlocução direta entre a população e os agentes públicos municipais. Propondo arranjos políticos de participação popular que garantam a continuidade do projeto, independentemente do pleito eleitoral.

3. Marco Técnico Teórico

Ministério das Cidades:

O ministério integra a cúpula administrativa. É diretamente subordinado à Presidência da República, auxiliando no exercício do Poder Executivo. Possui autonomia técnica, financeira e administrativa para executar as ações nas suas áreas de competência. Também cabe a ele estabelecer estratégias, diretrizes e prioridades na aplicação de recursos públicos, bem como criar normas, acompanhar e avaliar programas federais. O titular da pasta é escolhido pelo presidente da República.

O Ministério das Cidades foi criado em 1º de janeiro de 2003, a partir da Medida Provisória nº. 103/2003, convertida na Lei nº. 10.683 de 28 de maio de 2003. Constituem áreas de competência do Ministério das Cidades: **a)** política de desenvolvimento urbano; **b)** políticas setoriais de habitação, saneamento ambiental, transporte urbano e trânsito; **c)** promoção, em articulação com as diversas esferas

de governo, com o setor privado e organizações não-governamentais, de ações e programas de urbanização, de habitação, de saneamento básico e ambiental, transporte urbano, trânsito e desenvolvimento urbano; **d)** política de subsídio à habitação popular, saneamento e transporte urbano; **e)** planejamento, regulação, normatização e gestão da aplicação de recursos em políticas de desenvolvimento urbano, urbanização, habitação, saneamento básico e ambiental, transporte urbano e trânsito; **f)** participação na formulação das diretrizes gerais para conservação dos sistemas urbanos de água, bem como para a adoção de bacias hidrográficas como unidades básicas do planejamento e gestão do saneamento;

Missão: “Melhorar as cidades, tornando-as mais humanas, social e economicamente justas e ambientalmente sustentáveis, por meio de gestão democrática e integração das políticas públicas de planejamento urbano, habitação, saneamento, mobilidade urbana, acessibilidade e trânsito de forma articulada com os entes federados e a sociedade.”

Integram a estrutura do Ministério das Cidades- Art. 29 da Lei nº. 10.683 de 28 de maio de 2003: o Conselho Curador do Fundo de Desenvolvimento Social; o Conselho das Cidades (ConCIDADES); o Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN); a Secretaria Nacional de Habitação (SNH); a Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental (SNSA); a Secretaria Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana (SEMOB); a Secretaria Nacional de Acessibilidade e Programas Urbanos (SNAPU); e o Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN). A Companhia Brasileira de Transporte Urbano (CBTU) e a Companhia de Trens Urbanos de Porto Alegre (Trensurb) são vinculadas ao Ministério das Cidades.

Histórico

A criação do Ministério das Cidades constituiu um fato inovador nas políticas urbanas, na medida em que superou o recorte setorial da habitação, do saneamento e dos transportes (mobilidade) e trânsito para integrá-los levando em consideração o uso e a ocupação do solo.

A estrutura do MCidades constitui hoje um paradigma, não só em território brasileiro, mas como em toda a América Latina. O movimento social formado por profissionais, lideranças sindicais e sociais, ONGs, intelectuais, pesquisadores e professores universitários foi fundamental para a criação do Ministério das Cidades. Esse movimento alcançou várias conquistas nos últimos 15 anos tais como a inserção inédita da questão urbana na Constituição federal de 1988, a lei federal Estatuto da Cidade, de 2001, e a Medida Provisória 2220, também de 2001.

Outro aspecto fundamental de sua criação está na busca da definição de uma política nacional de desenvolvimento urbano em consonância com os demais entes federativos (município e estado), demais poderes do Estado (legislativo e judiciário) além da participação da sociedade visando a coordenação e a integração dos investimentos e ações nas cidades do Brasil dirigidos à diminuição da desigualdade social e à sustentabilidade ambiental.

Mais do que 80% da população brasileira mora em cidades no ano 2000, segundo o IBGE. Com a criação do Ministério das Cidades o governo federal ocupa um vazio institucional e cumpre um papel fundamental na política urbana e nas políticas setoriais de habitação, saneamento e transporte sem contrariar, mas reforçando, a orientação de descentralização e fortalecimento dos municípios definida na Constituição Federal de 1988.

Nas atribuições solidárias entre governo federal, governos estaduais e governos municipais como o financiamento da habitação e da infra-estrutura urbana o MCidades está desenhando novas políticas e novos sistemas que viabilizem o investimento coerente e integrado – público e privado - de modo a racionalizar os recursos de acordo com as prioridades e necessidades previstas em planos, indicadores de desempenho e posturas (nacionais/gerais e locais/específicas) definidos de forma democrática como se verá mais a frente. Espera-se assim eliminar os constantes desperdícios de recursos decorrentes da descontinuidade de projetos, desarticulação entre ações simultâneas e sucessivas, falta de integração intermunicipal, falta de controle social e público, e desconhecimento das questões ambientais.

Planejamento urbano, políticas fundiárias e imobiliárias, (que incluem zoneamento, regularização da posse ou propriedade, código de obras) requalificação de áreas centrais, prevenção a riscos de desmoronamento de encostas, recuperação de áreas ambientalmente degradadas são atribuições municipais. O Ministério das Cidades está consciente de que cabe ao Governo Federal definir as diretrizes gerais da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (cf Estatuto da Cidade) mas cabe ao município (ou aos gestores metropolitanos, definidos por lei estadual) o planejamento e a gestão urbanos e metropolitanos. É ali, nas cidades, que os objetivos de participação cidadã e de garantia do direito à cidade para todos, podem ser viabilizados.

O MCidades pretende fortalecer essas competências, não apenas por meio do financiamento de planos, projetos e obras, mas principalmente, apoiando a capacitação técnica de quadros da administração pública municipal ou dos agentes sociais locais. Essa capacitação envolve especialmente a modernização administrativa, em especial a atualização e o registro das informações municipais sobre o ambiente construído. O cadastro multifinalitário é uma ferramenta eficiente tanto para o planejamento urbano quanto para a política fiscal. Esses temas estão na base da autonomia municipal.

Continuidade e mudança

Com fim do Banco Nacional da Habitação (BNH), ocorrido em 1985, o Brasil passou a viver um rumo errático no que se refere às políticas de habitação e saneamento trazendo insegurança para poder público e mercado. O BNH e o Sistema Financeiro de Habitação (SFH) contribuíram para consolidar as desigualdades sociais no Brasil ao privilegiar os investimentos nas faixas de renda média e média baixa. Os erros urbanísticos e arquitetônicos dos conjuntos públicos construídos também já foram muito explorados na literatura sobre o tema. Mas o volume de construção foi muito significativo: havia um sistema constituído com agentes financeiros e promotores, públicos e privados, credenciados, e havia regras para aplicação do volume significativo de recursos existentes. O BNH foi extinto e a Caixa Econômica Federal assumiu seu espólio.

Entre 1985 e 2002 ocorreram mudanças constantes tanto na estrutura institucional da política de habitação e saneamento – quanto nos programas e

recursos. A política urbana não mereceu maiores cuidados, ao contrário, ela é objeto de organismos que emergem e desaparecem desde o regime militar, a partir de 1964. Em verdade a política urbana tem sido, durante esse tempo todo, fortemente influenciada pelos bancos públicos responsáveis pelos financiamentos à habitação e ao saneamento. Isso aconteceu no período do BNH que se sobrepôs ao Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERFHAU), criado em 1964 e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano (CNDU), como também aconteceu com a Caixa Econômica Federal que subjugou a Secretaria de Política Urbana (SEPURB), criada em 1995, e a sua sucessora, a Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano (SEDU).

Diante dessa rápida retrospectiva conclui-se que o Ministério das Cidades tem, entre muitos desafios a vencer, instituir uma política de longo prazo, que tenha continuidade e seja sustentável (como exige a mudança da dramática situação das grandes cidades) e subordinar os financiamentos às diretrizes da política de desenvolvimento urbano buscando evitar os erros do passado. (Ministério das Cidades).

Conselho das Cidades:

A criação do Conselho das Cidades (ConCidades), no ano de 2004, representa a materialização de um importante instrumento de gestão democrática da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano – PNDU, em processo de construção. Ele é um órgão colegiado de natureza deliberativa e consultiva, integrante da estrutura do Ministério das Cidades e tem por finalidade estudar e propor diretrizes para a formulação e implementação da PNDU, bem como acompanhar a sua execução. (Conselho das Cidades, 2014).

O ConCidades se propõe a intermediar, através de uma proposta continuada, o debate da política urbana de forma autônoma dos segmentos partícipes a seguir: setor produtivo; organizações sociais; ONG's; entidades profissionais, acadêmicas e de pesquisa; entidades sindicais; e órgãos governamentais. Tal conselho – ao longo dos anos – se firmou com uma excelente ferramenta organizacional na qual a sociedade se protagonizou participando dos processos de tomada de decisão

concernentes às políticas praticadas pelo Ministério das Cidades, sobre tudo em seus principais eixos de atuação desenvolvimentista tais como: nas áreas de habitação, saneamento ambiental, transporte e mobilidade urbana e planejamento territorial.

O esforço para formação dessa entidade e a pluralização desses atores frente à temática de desenvolvimento urbano possibilitaram aos segmentos uma atuação caracterizada pela articulação e diálogo político.

Em abril de 2016, a cidade fez sua **2ª Conferência Municipal da Cidade**, possibilitando aos munícipes participarem, debaterem, e deliberarem elencando as prioridades norteadoras ao pleito governamental vindouro. Com ações propositivas e qualidade técnica nos debates, possibilitando, dentre outras coisas, a construção de políticas públicas que favoreçam o acesso a todos. Tais como os Planos Municipais de Saneamento e de Mobilidade Urbana. Ambos em fase de execução.

Na trajetória de atuação do ConCidades, uma das principais lições aprendidas é que a democracia muda de qualidade quando o Poder Público se une à experiência acumulada da sociedade civil organizada e potencializa a sua participação na elaboração e execução dos programas e das políticas públicas. (Conselho das Cidades, 2014).

Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – ODS:

Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – ODS são um arranjo mundial de ideias, experiências, debates e acordos globais, discutidos durante a Cúpula das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável em setembro de 2015 composta por 17 objetivos e 169 metas a serem atingidos até 2030. que tem o objetivo desenvolver harmoniosamente as conquistas do homem à natureza, de forma a garantir a sobrevivência da espécie humana na terra, com o viés justo e igualitário.

Nesta agenda estão previstas ações mundiais nas áreas de erradicação da pobreza, segurança alimentar, agricultura, saúde, educação, igualdade de gênero,

redução das desigualdades, energia, água e saneamento, padrões sustentáveis de produção e de consumo, mudança do clima, cidades sustentáveis, proteção e uso sustentável dos oceanos e dos ecossistemas terrestres, crescimento econômico inclusivo, infraestrutura, industrialização, entre outros.

Os temas podem ser divididos em quatro dimensões principais:

Social: relacionada às necessidades humanas, de saúde, educação, melhoria da qualidade de vida e justiça.

Ambiental: trata da preservação e conservação do meio ambiente, com ações que vão da reversão do desmatamento, proteção das florestas e da biodiversidade, combate à desertificação, uso sustentável dos oceanos e recursos marinhos até a adoção de medidas efetivas contra mudanças climáticas.

Econômica: aborda o uso e o esgotamento dos recursos naturais, a produção de resíduos, o consumo de energia, entre outros.

Institucional: diz respeito às capacidades de colocar em prática os ODS.

Os ODS foram construídos em um processo de negociação mundial, que teve início em 2013 e contou com a participação do Brasil em suas discussões e definições a respeito desta agenda. O país tendo se posicionado de forma firme em favor de contemplar a erradicação da pobreza como prioridade entre as iniciativas voltadas ao desenvolvimento sustentável.

Segundo Carvalho e Barcellos (2014), com o fim da Guerra Fria, quando as agências oficiais de assistência ao desenvolvimento tiveram cortes em seu orçamento – e os países que precisavam da cooperação sofreram os efeitos da diminuição dos recursos – a ONU e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) passaram a discutir metas de bem-estar econômico, desenvolvimento social e sustentabilidade.

O resultado foi a publicação do documento *“Shaping the 21st Century: The Contribution of Development Cooperation”* (“Moldando o Século 21: A Contribuição

da Cooperação para o Desenvolvimento”, em tradução livre), (OECD, 1996), cuja redação consolidava discussões anteriores – como a da Rio 92.

Concomitantemente, discutia-se a própria teoria do desenvolvimento. Uma das principais referências foi o trabalho do Prêmio Nobel de Economia Amartya Sen, que também é um dos criadores do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

O aspecto conceitual de desenvolvimento humano está balizado na ampliação das oportunidades de capacidades e do bem-estar do indivíduo. Seu sustento passa a ser uma vertente de desenvolvimento e não o fim, segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, tendo como referência o ano de 1998, no qual fora lançado tal índice levando em conta três eixos: renda, educação e saúde. O desafio – à época – era propor um indicador mais “humanizado” que fizesse frente ao até então mais utilizado Produto Interno Bruto (PIB). Ao que se mostra até hoje, apesar do IDH ser um parâmetro de referência mundial sintético que apesar de ter suas qualidades, não esgota todos os aspectos do desenvolvimento.

No ano 2000, 189 países firmaram um acordo para combater a extrema pobreza e outros problemas sociais que assolam o mundo. Este acordo, denominado Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), estabeleceu oito dimensões a serem atingidos até o ano de 2015. Destes, subdivididos em 21 metas e 60 indicadores. Entre 2000 a 2015, diversos encontros e eventos monitoraram a o andamento dos ODM no mundo.

ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis:

Dos 17 ODS acordados, o que mais contempla o PI de Novo Repartimento é o de nº 11 que versa sobre ações a serem adotadas resultantes em Cidades e Comunidades Sustentáveis, destacadas a seguir:

11.1 Até 2030, garantir o acesso de todos à habitação segura, adequada e a preço acessível, e aos serviços básicos e urbanizar as favelas.

11.2 Até 2030, proporcionar o acesso a sistemas de transporte seguros, acessíveis, sustentáveis e a preço acessível para todos, melhorando a segurança rodoviária por meio da expansão dos transportes públicos, com especial atenção para as necessidades das pessoas em situação de vulnerabilidade, mulheres, crianças, pessoas com deficiência e idosos.

11.3 Até 2030, aumentar a urbanização inclusiva e sustentável, e as capacidades para o planejamento e gestão de assentamentos humanos participativos, integrados e sustentáveis, em todos os países.

11.4 Fortalecer esforços para proteger e salvaguardar o patrimônio cultural e natural do mundo.

11.5 Até 2030, reduzir significativamente o número de mortes e o número de pessoas afetadas por catástrofes e substancialmente diminuir as perdas econômicas diretas causadas por elas em relação ao produto interno bruto global, incluindo os desastres relacionados à água, com o foco em proteger os pobres e as pessoas em situação de vulnerabilidade.

11.6 Até 2030, reduzir o impacto ambiental negativo per capita das cidades, inclusive prestando especial atenção à qualidade do ar, gestão de resíduos municipais e outros.

11.7 Até 2030, proporcionar o acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes, particularmente para as mulheres e crianças, pessoas idosas e pessoas com deficiência.

11.a Apoiar relações econômicas, sociais e ambientais positivas entre áreas urbanas, periurbanas e rurais, reforçando o planejamento nacional e regional de desenvolvimento.

11.b Até 2020, aumentar substancialmente o número de cidades e assentamentos humanos adotando e implementando políticas e planos integrados para a inclusão, a eficiência dos recursos, mitigação e adaptação às mudanças climáticas, a resiliência a desastres; e desenvolver e implementar, de acordo com o

Marco de Sendai para a Redução do Risco de Desastres 2015-2030, o gerenciamento holístico do risco de desastres em todos os níveis.

11.c Apoiar os países menos desenvolvidos, inclusive por meio de assistência técnica e financeira, para construções sustentáveis e resilientes, utilizando materiais locais. (Objetivo 11, 2018).

Placemaking:

Os conceitos por trás do *Placemaking* começaram a surgir na década de 60, quando visionários como Jane Jacobs, William H. Whyte, Jan Gehl e outros divulgaram ideias inovadoras, onde o desenvolvimento das cidades deveria ser voltado para pessoas – e não para os carros. Para Jane Jacobs, que defendia a tese de que quanto mais pessoas transitando nas ruas, maior a sensação de segurança destas:

“É uma coisa que todos já sabem: uma rua movimentada consegue garantir a segurança; uma rua deserta, não. Mas como é que isso ocorre, na verdade? É o que faz uma rua ser movimentada ou evitada? Por que se evita a esplanada das Washington Houses, que deveria ser uma atração? Por que as calçadas da cidade tradicional, logo na face oeste do conjunto, não são evitadas? E por que certas ruas são movimentadas num período do dia e de repente se esvaziam? [...] a calçada deve ter usuários transitando ininterruptamente, tanto para aumentar na rua o número de olhos atentos quanto para induzir um número suficiente de pessoas de dentro dos edifícios da rua a observar as calçadas.”

A ideia de que ruas com pessoas são ruas mais seguras, usando o termo “olhos na rua” para explicar que, sem perceber, as pessoas são responsáveis por observar o uso dos espaços e zelar pela sua segurança. Por sua vez, **William H. Whyte** enfatizava que os elementos essenciais que um espaço público deve ter para atrair pessoas e se tornar um lugar de convivência e vida, enquanto **Jan Gehl** propõe que a arquitetura e urbanismo devem pensar primeiro nas pessoas, depois no espaço e só então nos prédios.

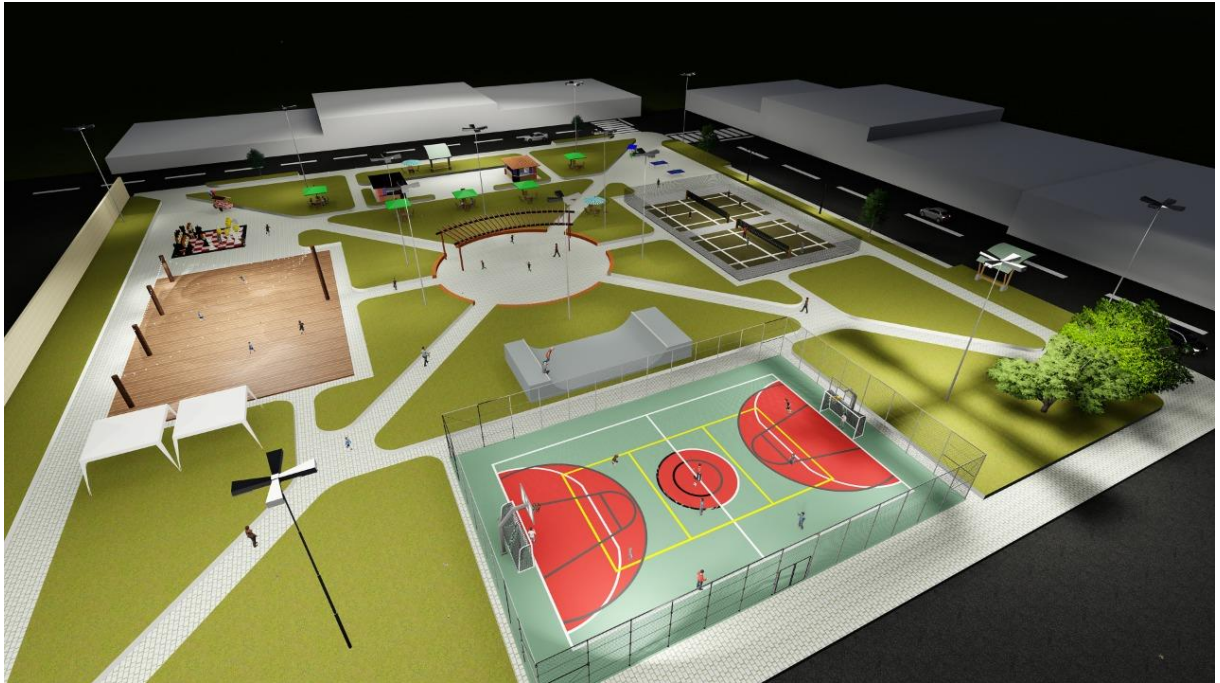


Figura 4: Proposta de remodelagem da Praça Vale do Sol
Fonte: PMNR – SEGPLA – GEDURB.

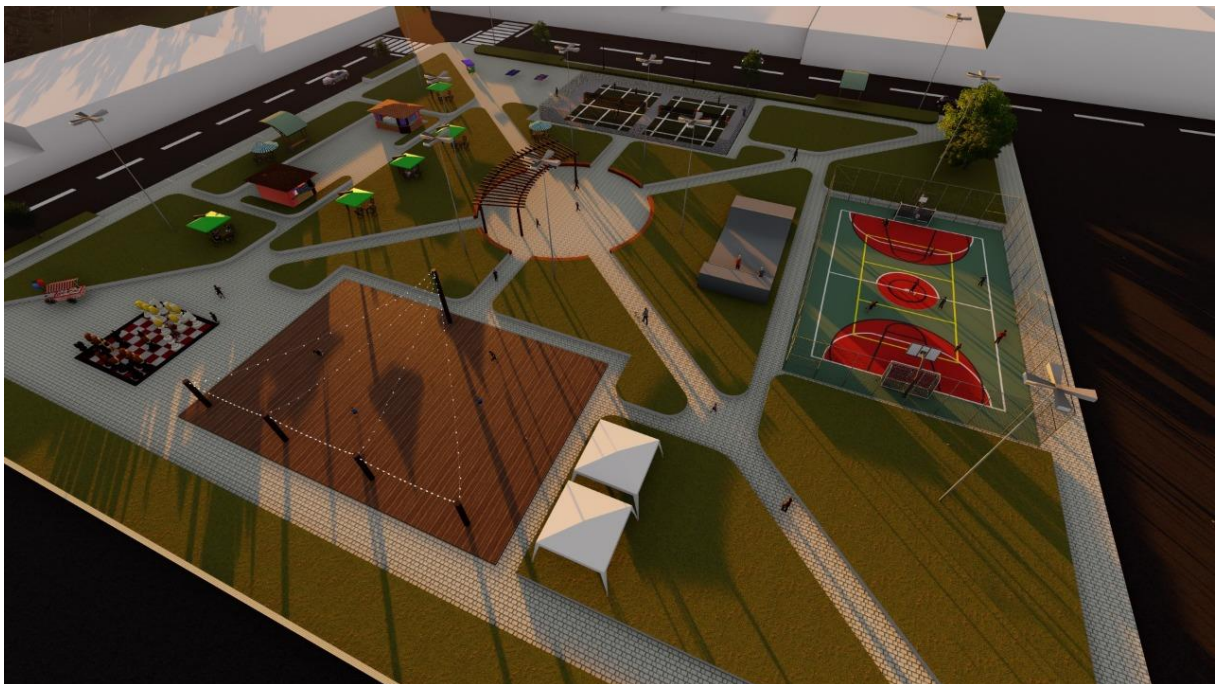


Figura 4: Proposta de remodelagem da Praça Vale do Sol
Fonte: PMNR – SEGPLA – GEDURB.

4. Escopo

4.1. Estrutura Analítica

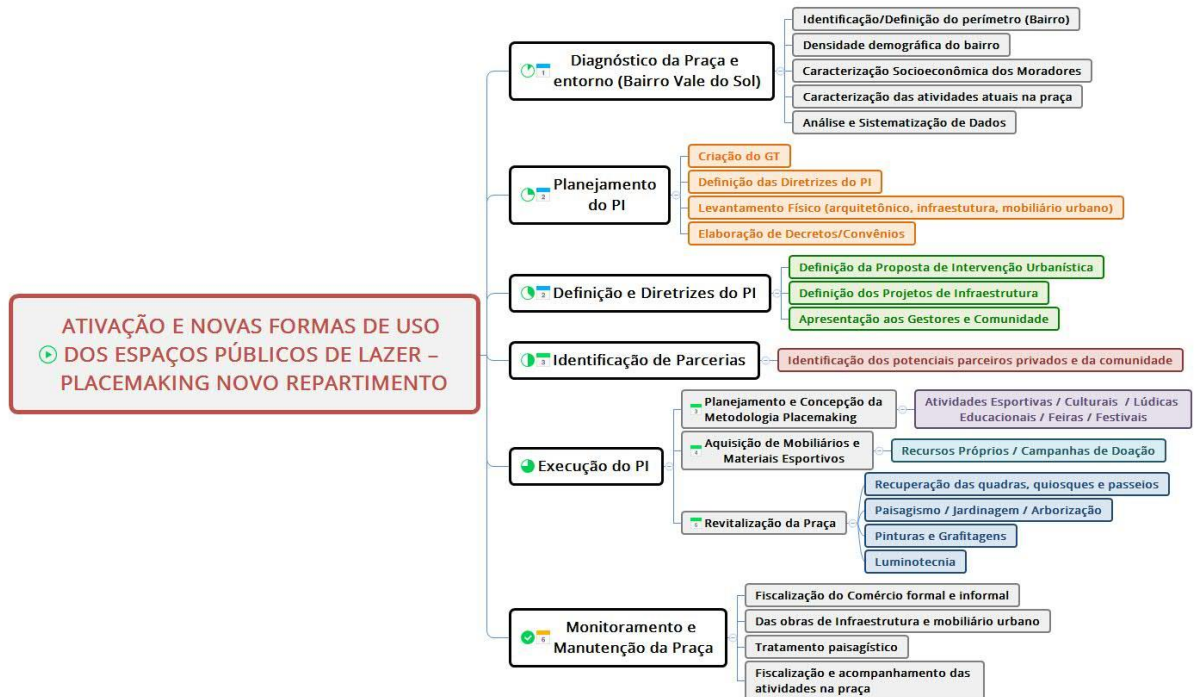


Figura 5: Quadro EAP

Fonte: Própria

4.2. Não Escopo

Não serão objetos desse projeto:

1. O aceite ou não do Poder Judiciário / Promotoria de Justiça (MP) em participar do Plano de Intervenção, alocando recursos/materiais através de multas nas penas alternativas;
2. O interesse dos universitários em participar do projeto apenas a título de carga horária para estágio não remunerado.

4.3. Levantamento de Restrições

As restrições do Projeto são:

1. A falta de priorização do Poder Executivo em não adotar uma postura de ouvir os anseios da população;

2. A falta de alinhamentos entre as secretarias municipais envolvidas (Gestão e Planejamento, Saúde e Saneamento, Assistência Social, Meio Ambiente, Desporto e Juventude, Cultura e Turismo, Infraestrutura, Administração, Procuradoria, etc);

3. A falta de priorização dos recursos orçamentários para estruturação de Projetos de médio/longo prazo que ultrapassem o pleito atual;

4.4. Premissas

São consideradas como premissa deste projeto:

- Os dados obtidos através da equipe de Agentes Comunitários de Saúde – ACS (e-SUS). As informações levantadas na Secretaria de Assistência Social através do CadÚNICO; O Plano Diretor;

- O apoio incondicional do Poder Executivo, Legislativo, ConCIDADE, e das entidades legitimadoras (Ministério Público e Defensoria Pública);

- A disponibilidade da equipe técnica que comporá do Grupo de Trabalho, designado por cada secretaria parreira, para execução do Plano de Intervenção, monitoramento e acompanhamento das atividades.

4.5. Riscos

São considerados riscos para o PI:

- A não aceitação por parte da população, decorrente do desgaste da administração municipal;

- A indisponibilidade orçamentária e falta de pessoal para vigilância do espaço público em horários de pouco movimento (Noturno);

4.6. Estrutura de Gestão

4.6.1. Concepção

O Plano de Intervenção proposto sugere a máxima da gestão moderna que consiste na intersetorialidade entre os órgãos municipais na qual indicarão um

membro de cada secretaria, sinalizando para a criação de um Grupo de Trabalho (GT) – semelhante ao do CONCIDADE – coordenado pelo Departamento de Gestão e Desenvolvimento Urbano – GEDURB. Isto feito e chancelado pelo gestor feche do Poder Executivo – a fim de dar maior legitimidade ao tema – o passo seguinte será a articulação com possíveis parceiros da iniciativa privada e entidades públicas das demais esferas governamentais, segundo a Lei nº. 10.257/2001 do EC em seu Art. 2º, inciso III, a seguir:

“III – cooperação entre os governos, a iniciativa privada e os demais setores da sociedade no processo de urbanização, em atendimento ao interesse social;”

O GT se reunirá duas vezes na semana pelo período de um mês, e utilizarão através das ferramentas de planejamento estratégico as etapas do projeto a seguir.

4.6.2 Operacionalização

Estabelecido as estratégias pelo GT, o passo seguinte será mobilizar a comunidade assistida para que esta fique a par do PI e possam fazer as ponderações pertinentes. Nessa etapa do processo os moradores deverão ter a dimensão de sua importância para o processo, e através do “empoderamento” na tomada das decisões, possam se sentir como os verdadeiros protagonistas da ação. Tal qual ampara o ESTATUTO DAS CIDADES, Lei nº. 10.257 em seu Art. 2º, inciso II:

“II – Gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano;”

Nesta lógica, pretende-se que ao se perceberem partícipes de todas as etapas do PI, a comunidade se enxergará do projeto fazendo com que este obtenha maior êxito.

4.6.3 Matriz de *Stakeholders* dos Atores Participantes:

ATORES	PAPEL/ATORES	OBJETIVOS
Grupo de Trabalho do GEDURB	Gerenciamento	Agente gerenciador de todas as etapas do PI
SEGPLAN	Monitoramento	Monitoramento direto dos processos de execução
GABINETE DO PREFEITO	Co-Monitoramento	Monitoramento indireto através de relatórios enviados pelo GT
ATORES	PAPEL/ATORES	OBJETIVOS
MORADORES DO BAIRRO	Protagonismo	Participação efetiva no processo de gestão do PI
CONCIDADES	Parceiros	Participação efetiva no processo de gestão do PI
COMERCIANTES DO ENTORNO DA PRAÇA	Parceiros beneficiados pela ativação da praça	Sensibilização dos beneficiados pelo PI a se adequarem as normas e regras estabelecidas pelo PI
FACUDADE – FAEL	Parceiros da iniciativa privada	Através de celebração de CONVÊNIO dispor de alunos do Curso de Educação Física para atuarem como monitores das atividades esportivas (Como requisito de estágio)
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	Parceiro	Levantamento das atividades de geração de renda efetuada nos CRAS para realização de feiras artesanais
SECRETARIA DE DESPORTO E JUVENTUDE	Parceiro	Fornecimento dos materiais esportivos e um Supervisor de monitoria
SECRETARIA DE CULTURA E TURISMO	Parceiro	Criação do calendário do Circuito Cultural de ativação das praças
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	Parceiro	Fornecimento do mobiliário e aquisição de materiais (outros)
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE	Parceiro	Fornecimento das mudas e insumos de jardinagem para revitalização do paisagismo da praça
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	Parceiro	Inclusão de atividades pedagógicas na praça
SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO	Parceiro	Responsável pela concepção do material de divulgação das atividades bem como a cobertura dos eventos realizados
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	Parceiro	Revitalização/instalação da nova luminotecnica
EMPRESA PRESTADORA DO SERÇO DE LIMPEZA PÚBLICA (SANCIL)	Parceiro	Fornecimento das lixeiras de coleta seletiva e canteiro protetor das mudas.
SECRETARIA DE AGRICULTURA	Parceiro	Fornecimento das mudas e insumos de jardinagem para revitalização do paisagismo da praça

4.7. Quadro de Trabalho / Equipe

Produto: Diagnóstico da Praça e seu entorno (Bairro Vale do Sol).		
Pacote de Trabalho: Levantamento, análise e sistematização de dados.		
Atividade: Levantamento de dados na Secretaria de Gestão e Planejamento – SEGPLAN (Plano Diretor), Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento – SEMSAS (e-SUS) e Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS (CadÚnico)	Estimativa de duração: 30 Dias	Responsável: - Secretaria de Gestão e Planejamento através do Departamento de Gestão e Desenvolvimento Urbano – GEDURB.
Produto: Planejamento do Plano de Intervenção.		
Pacote de Trabalho: Criação do Grupo de Trabalho.		
Atividades: - Nomeação/Designação do Grupo de Trabalho; - Diretrizes do PI e levantamento de necessidades; - Levantamento Físico (Arquitetônico, Infraestrutural e mobiliário urbano); - Elaboração de Decretos e Convênios.	Estimativa de duração: 15 Dias	Responsável: - Gabinete do Prefeito; - Departamento de Gestão e Desenvolvimento Urbano – GEDURB e o Grupo de Trabalho.
Produto: Definição das Diretrizes do PI.		
Pacote de Trabalho: Reunião		
Atividade: - Definição da Proposta de Intervenção Urbanística; - Definição dos Projetos de Infraestrutura;	Estimativa de duração: 15 Dias	Responsável: - Grupo de Trabalho.

- Apresentação aos Gestão e Comunidade.		
Produto: Identificação de Parcerias.		
Pacote de Trabalho: Reunião / Mobilização / Convites		
Atividade: - Identificação dos potenciais parceiros (Públicos, Privados e da Sociedade Civil).	Estimativa de duração: 15 Dias	Responsável: - Grupo de Trabalho.
Produto: Execução do Plano de Intervenção.		
Pacote de Trabalho: Planejamento e Concepção da Metodologia <i>Placemaking</i> .		
Atividade: - Criação do calendário de atividades esportivas, culturais, lúdicas/educacionais e Feiras/Festival.	Estimativa de duração: 15 Dias	Responsável: - Grupo de Trabalho.
Pacote de Trabalho: Aquisição de Mobiliários e Materiais Esportivos.		
Atividades: - Reunião com o Gestor para garantia de orçamento; - Reunião no FORUM / Ministério Público, para encaminhamento de doações decorrentes de penas alternativas; - Mobilização da comunidade escolar, moradores e comerciantes locais.	Estimativa de duração: 30 Dias	Responsável: - Gabinete do Prefeito; - Câmara de Vereadores; - Grupo de Trabalho; - Comunidade local.
Pacote de Trabalho: Revitalização da Praça		
Atividades: - Recuperação das quadras, quiosques e passeios;	Estimativa de duração:	Responsável: - Secretaria de Infraestrutura;

<ul style="list-style-type: none"> - Paisagismo, jardinagem e arborização; - Pinturas e Grafitegens; - Luminotecnia. 	60 Dias	<ul style="list-style-type: none"> - Secretaria de Meio Ambiente; - Comunidade local;
<p>Produto:</p> <p>Monitoramento e Manutenção da Praça.</p>		
<p>Pacote de Trabalho:</p> <p>Fiscalização / Acompanhamento</p>		
<p>Atividade:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Fiscalização do Comércio formal e informal; - Acompanhamento e fiscalização das obras em andamento; - Tratamento e manutenção paisagística. - Fiscalização e acompanhamento das atividades da praça. 	<p>Estimativa de duração:</p> <p>30 Dias</p>	<p>Responsável:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Secretaria de Gestão e Planejamento através do Departamento de Gestão e Desenvolvimento Urbano – GEDURB.

5. Cronograma

ETAPAS	ATIVIDADES	MESES					
		0	0	0	0	0	0
Diagnóstico da Praça e entorno (Bairro Vale do Sol)	Identificação/Definição do perímetro (Bairro)	■					
	Densidade demográfica do bairro	■					
	Caracterização Socioeconômica dos Moradores	■					
	Caracterização das atividades atuais na praça	■					
	Análise e Sistematização de Dados	■					
Planejamento do PI	Criação do GT		■				
	Definição das Diretrizes do PI		■				
	Levantamento Físico		■				
	Elaboração de Decretos/Convênios		■				
Definição das Propostas de Projetos	Definição da Proposta de Intervenção Urbanística		■				
	Definição dos Projetos de Infraestrutura		■				
	Apresentação aos Gestores e Comunidade		■				
Identificação de Parcerias	Identificação dos potenciais parceiros privados e da comunidade			■			
Execução do PI	Planejamento e Concepção da Metodologia Placemaking			■			
	Aquisição de Mobiliários e Materiais Esportivos				■		
	Revitalização da Praça					■	
Monitoramento e Manutenção da Praça	Fiscalização do Comércio formal e informal						■
	Das obras de Infraestrutura e mobiliário urbano						■
	Tratamento paisagístico						■
	Fiscalização e acompanhamento das atividades na praça						■

6. Considerações Finais

Ativar os espaços públicos através de atividades pré-programadas levando em conta a opinião dos moradores gerando a sensação de bem-estar, através de um roteiro de ações de modo a propiciar “novas formas de uso” dos espaços públicos de lazer, através do desafio de ações intersetoriais entre as pastas do município, ConCIDADE, comunidade local, bem como ao estímulo às parcerias, sejam elas públicas ou privadas, de modo a dialogarem entre si. Adotando as ferramentas necessárias cativar os moradores da localidade em questão, a fim de que tomem para si e se identifiquem com o espaço público que eles próprios ajudaram a “construir”, resultando nisso, atividades sociais de modo a dinamizar esses locais dando-lhes a real condição de “Lugar” e sua função social. Trazem, ao gestor municipal de visão, a perspectiva de economicidade na manutenção regular desses lazer. Transformando os moradores em protagonistas dessas ações o gestor apura e afina o canal de interlocução com a comunidade. Desenvolve – e iss é muito importante em tempos de crise – a possibilidade de geração de renda aos moradores do entorno. Reconquista a credibilidade do serviço público através de uma interlocução direta entre a população e os agentes públicos municipais. Resulta em arranjos políticos que garantam a continuidade de tais projetos estruturantes de desenvolvimento urbano.

A principal característica de nossa sociedade contemporânea é a divisão e sua heterogeneidade. O problema que se coloca é como fazer dessa sociedade amazônida, ontologicamente plurais atravessada por conflitos econômicos, políticos, sociais, religiosos e de gênero, que se verifica tanto em nível de estado, quanto na cultura e na cidade em si. Como fazer disso conjuntos inteligíveis sobre quais se possam atuar com critérios democráticos? Como contribuir a criação de vontades coletivas? Nas quais o projeto de intervenção possa cumprir o papel ativador. Compreender a complexidade das demandas democráticas contemporâneas num mundo globalizado que exige atenção especial nas articulações contingentes. O que no nosso caso arquitetos urbanistas exige a partir da leitura das condicionantes e possibilidades locais levando em conta o contexto da área de atuação. Realizar a escuta das demandas e o cruzamento interdisciplinar como esses três pontos de partida para qualquer projeto que se propõe ser democrático e inclusivo.

A função social do arquiteto consiste precisamente em dar coerência ao conjunto das demandas sociais difusas outorgando uma visibilidade que permita a ação.

(Jorge Jáuregui)

7. Referências bibliográficas

HEEMANN, Jeniffer; SANTIAGO, Paola Caiuby. Guia do Espaço Público: Para Inspirar e Transformar. 2015. Disponível em: <file:///C:/Users/Segpaln/Desktop/GEDURB/Placemaking/Guia-do-Espa%C3%A7o-P%C3%ABAblico1.pdf>. Acesso em: 09 set. 2018.

UNESCO – Declaração Universal Sobre a Diversidade Cultural. 2002. Disponível em: <file:///C:/Users/Segpaln/Desktop/GEDURB/Cultura/TESE_DIVERSIDADE_CULTURAL_SARAVF.pdf>. Acesso em: 12 set. 2018.

CONSELHO DAS CIDADES. 2014. Disponível em: <<https://www.cidades.gov.br/conselho-das-cidades>>. Acesso em: 15 set. 2018.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. 2014. Disponível em: <<https://www.cidades.gov.br/institucional/o-ministerio>>. Acesso em 15 set. 2018.

CARVALHO, Paulo Gonzaga Mibielli de; BARCELLOS, Frederico Cavadas. Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio – ODM: Uma avaliação crítica. Revista Sustentabilidade em Debate. Brasília: 2014. v.5n.3.

OBJETIVO 11, 2018. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/pos2015/ods11/>>. Acesso em 24 ago. 2018.

JACOBS, Jane. Morte e vida de grandes cidades. São Paulo: WMF Martins Fontes. 3ª. ed. 2011. Coleção Cidades.